

serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOTLVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento do Gabinete Jurídico da ex-DRAOTLVT;

Considerando ser detentora de licenciatura adequada, o exercício de funções técnicas e de coordenação no âmbito das competências do Gabinete Jurídico da ex-DRAOTLVT e possuir o perfil desejado para o exercício do cargo e satisfazer os demais requisitos legais exigidos:

Ao abrigo dos artigos 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio a Dr.ª Luísa Maria Alves de Sousa, consultora jurídica de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico da ex-DRAOTLVT.

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Luísa Maria Jorge Alves de Sousa

Currículo académico: licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, menção de Ciências Jurídicas, concluiu no Centro Distrital da Ordem dos Advogados do Funchal o estágio para o exercício da actividade de advocacia.

Currículo profissional:

Vínculo à função pública desde 8 de Outubro de 1990;

Consultora jurídica de 1.ª classe da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT);

Entre Março de 1989 e Outubro de 1990 exerceu funções como jurista na Direcção Regional da Segurança Social da Região Autónoma da Madeira;

Em Outubro 1990 iniciou o exercício de funções como jurista na extinta Direcção-Geral de Administração Escolar, Ministério da Educação;

Em Janeiro de 2002 transitou para o quadro da extinta Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo até à data exercido funções como jurista na Divisão de Apoio Jurídico;

Trabalhos científicos — autoria de uma obra de carácter informativo destinada a docentes sobre o regime jurídico do pessoal docente intitulada *Manual do Professor*, em co-autoria com a Dr.ª Teresa Silva Martins.

Despacho n.º 9512/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas e dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOTLVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da Divisão de Gestão Financeira e Património da ex-DRAOTLVT;

Considerando ser detentora de licenciatura adequada, possuir o perfil desejado para o exercício do cargo e satisfazer os demais requisitos legais exigidos:

Ao abrigo dos artigos 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio a Dr.ª Dora Cristina Rodrigues Paulo, consultora jurídica de 2.ª classe do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira e Património da ex-DRAOTLVT.

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Dora Cristina Rodrigues Paulo

Currículo académico: licenciatura em Direito, pós-graduação em Direito da União Europeia, frequência da pós-graduação em Direito das Autarquias Locais.

Currículo profissional:

Vínculo à função pública desde 15 de Novembro de 1994; Consultora jurídica de 2.ª classe da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT);

Desde 1994 até à data exerceu funções como consultora jurídica no Gabinete Jurídico da CCDRLVT, prestando apoio jurídico à estrutura orgânica interna no que concerne ao ordenamento do território e ambiente e apoio às autarquias locais no que concerne às suas atribuições e competências, bem como no que diz respeito ao estatuto dos Eleitos Locais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 9513/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 12 de Abril de 2005:

Maria da Conceição Mira Mirador Fernandes, assessora — promovida, precedendo concurso, à categoria imediata de assessora principal, escalão 1, índice 710, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Alentejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da DGO. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2005. — O Director Regional, *José João Mouzinho Serrote*.

Despacho n.º 9514/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 12 de Abril de 2005:

Luís Alberto de Lacerda Morais, técnico superior principal — promovido, precedendo concurso, à categoria imediata de assessor, escalão 1, índice 610, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Alentejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da DGO. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2005. — O Director Regional, *José João Mouzinho Serrote*.

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

Aviso n.º 4567/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do INETI de 6 de Abril de 2005:

Maria Manuela de Jesus Guilherme Gaspar, assistente de investigação, com contrato administrativo de provimento no ex-INETI — nomeada definitivamente investigadora auxiliar em lugar de supernumerário do quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 592-B/93, de 15 de Junho, escalão 1, índice 195, na sequência de obtenção do grau de Doutor. Esta nomeação produz efeitos a 17 de Fevereiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Amadeu Silvestre*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 9515/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Abril de 2005 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Moisés Ribeiro Teixeira, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — nomeado no exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, com vista a posterior reclassificação, conforme o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *António José Baetas da Silva*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Aviso n.º 4568/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação.* — De acordo com o disposto no Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, o agrupamento de produtores ORIVÁRZEA — Orizicultores da Várzea de Samora e

Benavente, S. A., no âmbito da qualificação de Lezírias Ribatejanas como indicação geográfica para arroz carolino, propôs como organismo privado de controlo e certificação a empresa SATIVA — Desenvolvimento Rural, L.^{da}

Verificadas quer a conformidade da documentação fornecida pela empresa com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do anexo IV do despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, quer a satisfação dos critérios gerais para organismo de certificação de produtos estipulados na norma NP EN 45 011 e de acordo com o procedimento previsto no seu n.º 5, torno público o seguinte:

1 — A SATIVA — Desenvolvimento Rural, L.^{da}, é reconhecida como organismo privado de controlo e certificação de arroz carolino, no âmbito da qualificação de Lezírias Ribatejanas como indicação geográfica.

2 — O reconhecimento só se torna efectivo após consulta à comissão consultiva interprofissional dos produtos agro-alimentares e ao grupo de trabalho previstos, respectivamente, nos n.ºs 9 e 13 do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho.

3 — O presente aviso produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

30 de Março de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Aviso n.º 4569/2005 (2.ª série). — *Manutenção do reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação.* — A Norte e Qualidade — Instituto de Certificação de Produtos Agrícolas, Agro-Alimentares, Artesanais e Outros foi anteriormente reconhecida como organismo privado de controlo e certificação (OPC) de diversos produtos cujos nomes são denominações de origem protegidas a nível comunitário.

De acordo com o disposto no n.º 4 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, foi verificada quer a conformidade da documentação fornecida pela empresa com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, quer a satisfação dos critérios gerais para organismos de certificação de produtos estipulados na norma NP EN 45 011:2001.

Nos termos previstos no n.º 5 e sem prejuízo da continuação do cumprimento das obrigações impostas pelo n.º 8 dos mesmos anexo e despacho, torno público que:

1 — É mantido o reconhecimento existente para:

- Cabrito das Terras Altas do Minho — DOP.
- Carne Arouquesa — DOP.
- Carne Barrosã — DOP.
- Carne Marinhoa — DOP.
- Mel das Terras Altas do Minho — DOP.

2 — O presente aviso produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

8 de Abril de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Despacho n.º 9516/2005 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Rogério António Marques Rosa, o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico, na área de produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

8 de Abril de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Despacho (extracto) n.º 9517/2005 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 15 de Abril de 2005:

Paulo Guilherme da Rocha Martins, inspector estagiário da carreira de inspecção do quadro de pessoal desta Inspecção-Geral, nomeado em comissão de serviço extraordinária, precedendo concurso, por despacho de 9 de Março de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Março de 2004 — cessa, a pedido do interessado,

a comissão de serviço extraordinária, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2005.

18 de Abril de 2005. — O Inspector-Geral, *A. Flores de Andrade*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 9518/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Junho, nomeio Alexandra Clara Campos Azevedo para exercer funções equiparadas às de secretária pessoal, para o efeito requisitada ao IBETE — Instituto de Biologia Experimental e Tecnológico, auferindo a remuneração mensal correspondente à sua categoria, acrescida da diferença, para a remuneração estabelecida para o cargo de secretária pessoal, com direito à percepção dos respectivos subsídios de férias e natal, estabelecidos para este cargo;

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Abril de 2005.

6 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Rectificação n.º 706/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 6746/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2005, rectifica-se que onde se lê «conjugado com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho,» deve ler-se «conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho,».

6 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Rectificação n.º 707/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 1007/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2005, rectifica-se que onde se lê «nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho» deve ler-se «nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º e do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro».

6 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 9519/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2005 da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., proferido por delegação e após anuência da vogal do conselho de administração do Teatro Nacional D. Maria II, S. A.:

Maria Cândida dos Santos Coelho, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Artes Cénicas, afecto ao Teatro Nacional de D. Maria II — transferida com a mesma categoria para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo para o exercício de funções no Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, considerando-se exonerada do lugar de origem a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Abril de 2005. — Pela Directora de Unidade de Recursos Humanos, (*Assinatura ilegível.*)